

Qatar 2022: Um momento feliz para o futebol, mas desastroso para os direitos humanos

Com a aproximação do Campeonato Mundial da FIFA 2022, no Qatar, e dadas as inúmeras queixas e ocorrências que têm vindo à superfície a esse respeito, muitos adeptos têm mantido sentimentos mistos sobre a realização do torneio. As acusações, que variam desde pagamentos de salários atrasados, mentiras a respeito dos valores dos mesmos, ameaças, restrição de liberdades de circulação até condições de trabalho forçado, justificam as reservas morais por parte de cidadãos de todos os cantos do mundo, que vêm (uma vez mais) os direitos humanos sacrificados em prol do lucro das grandes organizações. Com isso em mente, e de forma a permitir uma compreensão real e atual daquele que é o evento desportivo mais assistido no mundo, o ELSA4Thought traz uma análise da situação dos trabalhadores migrantes do setor de construção no país sede, bem como o contributo que, a cada um de nós, está ao alcance dar no combate a essas violações flagrantes de direitos.

O que sabemos sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores nos estádios e obras do Qatar?

1. Trabalhadores obrigados a pagar por taxas de recrutamento

Cerca de 90% da força de trabalho no setor de construção do Catar é proveniente de mão de obra imigrante, fragilizada, que abandona o seu país em busca de melhores oportunidades. O cenário, porém, revelou-se assombroso visto que, em ordem a aceder a essas ditas “oportunidades” os trabalhadores depararam-se com elevadíssimas taxas de recrutamento (em quantias que atingiam os \$4.000). Quando comparadas com o salário de 275 dólares por mês para cada trabalhador, não restam dúvidas que a maior parte do trabalho prestado destinar-se-ia a cobrir o custo das tais taxas, ficando a trabalhar por período superior a um (1) ano apenas para pagá-las.

2. Salários

Conhecer a realidade salarial destes trabalhadores não é uma tarefa simples. De acordo com os dados apurados pela Human Rights Watch, todos os trabalhadores entrevistados reportaram sofrer pelo menos uma das formas de abuso salarial. Seja por horas-extra não pagas, salários atrasados, deduções arbitrarias, pagamentos retidos, rendimentos não pagos ou pagos em quantias menores do que aquelas acordadas, entre outros, seguro será concluir que nenhum (ou quase nenhum) trabalhador estrangeiro no Qatar esteve ileso ao abuso patronal.

Acrescenta-se ainda que o salário garantido a esses trabalhadores estrangeiros (que compõem cerca de 95% da força laboral do Qatar) é de apenas \$206 por mês, quantia essa que, quando paga de forma integral e pontual, é, na maior parte das vezes, insuficiente para cobrir os custos mínimos de vida, as taxas de recrutamento e, por outro lado, sustentar a família que se encontra nos seus países

(dadas as não incomuns situações de parentes dos trabalhadores que dependem diretamente dos rendimentos auferidos por eles para subsistência).

3. Condições de trabalho

Desde o momento em que adquiriu o direito para sediar o campeonato, os olhares do mundo voltaram-se céticos para Qatar relativamente ao respeito (ou não) que o país tem (ou teria) pelos direitos humanos. De facto, tal ceticismo tinha a sua razão, visto que um relatório de 2019 produzido em parceria entre a ICM, a FIFA e o Comité Supremo do Qatar veio a denunciar as seguintes condições para os trabalhadores:

- Não fornecimento ou uso inadequado dos equipamentos de proteção individual (EPI);
- Locais de trabalho com grande número de trabalhadores sem centro médico disponível nos dormitórios;
- Desconforto térmico nos dormitórios;
- Banheiros em péssimo estado de conservação;
- Placas de sinalização em desacordo com a língua nativa dos operários;
- Falta de capacitação dos médicos em saúde ocupacional;
- Ausência de fornecimento de água potável.

As condições desumanas descritas acima culminaram, devidamente, numa análise minuciosa acerca das ações do Qatar para com este grupo de pessoas. Como consequência da pressão imposta internacionalmente, desde 2017, que têm sido tomadas medidas pelas autoridades Catari para a proteção de trabalhadores estrangeiros de situações de climas extremos, tendo como objetivo melhorar as condições de moradia e limitar os horários de trabalho.

No entanto, um relatório de 2021 da Human Rights Watch apontou ainda para situações similares às descritas nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores estrangeiros.

3.1. O sistema “Kafala”

O sistema “Kafala” consiste numa forma abusiva de controlo dos trabalhadores migrantes, por parte das autoridades do Catar, no que à sua capacidade de permanecer no país (Qatar) diz respeito. Assim, traduzindo-se na exigência de que esses mesmos trabalhadores tenham sempre um “patrocinador oficial” no país, leva a que, não raras as vezes, sejam os próprios empregadores os responsáveis pelos vistos dos seus trabalhadores.

Face à pressão de diversas entidades internacionais, desde logo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Qatar anunciou, em 2020, uma mudança legislativa no sentido de não permitir doravante esse sistema. No entanto, a verdade é que muitos trabalhadores ainda relatam pressões e ameaças por parte dos seus empregadores para não abandonarem os seus empregos nem

aceitarem ofertas de outras empresas. Recentemente, um grupo de trabalhadores foi deportado por protestar pelo pagamento dos salários atrasados e por melhores condições de trabalho.

3.2. Trabalhos Forçados e Mortes nas Obras

Segundo os **números recolhidos pelo jornal britânico The Guardian, fruto de uma investigação que data de 2021, cerca de 6.500 trabalhadores migrantes morreram nas obras de construção da** infraestrutura da Copa do Mundo FIFA de 2022. O número, que ainda em 2015 era estimado em “somente” cerca de 1,500 pessoas, cresceu exponencialmente com a aproximação do torneio e o número de obras. Como denota o The Guardian, tal deve-se às jornadas de trabalho de 12 horas sem pausas, que, somadas às más condições de trabalho e de moradia, fizeram crescer o número de mortes por ataques cardíacos e insuficiência respiratória devido às altas temperaturas, além de acidentes de trabalho.

A juntar-lhes, a Human Rights Watch observou também que práticas como as que decorrem do sistema “Kafala” – entre elas, o pagamento das taxas de recrutamento, a proibição de greves e o confisco de passaportes – configuram circunstâncias de trabalhos forçados e violações flagrantes de direitos fundamentais e trabalhistas, incluindo a liberdade de associação sindical.

Importante será notar que a legislação trabalhista do Qatar apresenta diversos dispositivos desviantes (até mesmo contrários) ou absolutamente limitantes aos princípios de proteção à liberdade sindical e de negociação coletiva, presentes nas convenções da OIT. Em 2016, a Amnesty International já acusava o Qatar de recorrer a trabalhos forçados.

Como podemos agir?

Petição Internacional e hashtag #PayUpFIFA

A organização internacional de defesa aos direitos humanos, Amnesty International, juntamente com uma coligação de organizações internacionais com o mesmo propósito, grupos de adeptos e sindicatos, está a promover uma “campanha global de apelo ao Qatar e à FIFA para que compensassem os trabalhadores migrantes pelos abusos de direitos humanos de que foram vítimas para que este Mundial pudesse ser uma realidade”. Procura-se, desta forma, pressionar o Ministro do Trabalho no Qatar, Ali bin Samikh Al Marri, e o Presidente da Federação Internacional de Futebol, Gianni Infantino a reconhecerem e cessarem imediatamente todos os maus tratos e violações de direitos humanos persistentes, responsabilizando todos os envolvidos e compensando e indemnizando da melhor forma possível todos os trabalhadores e famílias afetadas.

Para além da petição a decorrer, e lançada pela mesma coligação de organizações de direitos humanos, surge a hashtag #PayUpFIFA, cuja utilização revela uma grande importância no movimento de defesa dos direitos humanos contra os abusos que tiveram lugar no Qatar, agregando a comunidade internacional que partilha este apelo e, no fundo, dando-lhe mais voz.

Deste modo, como organização defensora dos direitos humanos que é, a ELSA Coimbra convida todos e cada um de vocês a assinar a petição da Amnesty International (link disponível em baixo) e a utilizar a hashtag #PayUp FIFA, dando força a este movimento tão necessário de combate às violações persistentes de direitos fundamentais. Cada assinatura e movimento conta!

The logo for ELSA, featuring the word "elsa" in a bold, lowercase, serif font.

The European Law Students' Association

COIMBRA